

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 4.338, DE 2023

Institui o Programa Emergencial para Fabricação de Amônia e Ureia, a subvenção econômica para o uso de gás natural como matéria-prima desses produtos, altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, e a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências.

Autor: Deputado OTTO ALENCAR FILHO

Relatora: Deputada CORONEL FERNANDA

I - RELATÓRIO

Apresentado pelo Deputado Otto Alencar Filho, o Projeto de Lei nº 4.338, de 2023, visa estabelecer o Programa Emergencial para Fabricação de Amônia e Ureia (Pefau). Por meio desse Programa, a União poderá oferecer subvenções aos preços do gás natural utilizado na produção dos fertilizantes amônia e ureia, desde que haja existência de dotação orçamentária alocada para este fim.

O montante anual destinado à subvenção é limitado a R\$ 1,7 bilhão. A subvenção equivalerá à diferença entre o preço do gás natural contratado pelo beneficiário e o valor de referência de US\$ 4,00 por MMBTU (quatro dólares por milhão de BTU).

São elegíveis ao Pefau tanto os fabricantes em atividade quanto os novos projetos industriais no segmento de amônia e ureia. O programa tem sua vigência estipulada até 31 de dezembro de 2028, sob a coordenação dos Ministérios de Minas e Energia e da Agricultura, Pecuária e



Abastecimento. Regulamento específico definirá as diretrizes para habilitação dos beneficiários, procedimentos para pagamento, controle do benefício, e outras condições necessárias para a concessão da subvenção.

O projeto sugere inserção dos incisos IX e X ao art. 48 da Lei de Política Agrícola (Lei nº 8.171, de 1991), visando incentivar o crédito rural a promover a subvenção econômica na comercialização do gás natural como insumo essencial à produção de ureia e amônia e fomentar a indústria nacional de fertilizantes.

Na Lei nº 8.427, de 1992, propõe-se a inclusão do inciso III ao art. 1º, permitindo que o Poder Executivo forneça subvenção econômica a produtores rurais e suas cooperativas, sob a forma de equalização de preços do gás natural para uso na produção de amônia e ureia.

Adicionalmente, o projeto propõe modificar a Lei nº 12.304, de 2010, que instituiu a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), obrigando a entidade a comercializar o gás natural da União sob regime de partilha com os beneficiários do Pefau e alocar receitas de novos contratos de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos à execução do Programa.

A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Desenvolvimento Econômico; de Minas e Energia; de Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD).

No prazo regimental, foi apresentada uma emenda, pelo Deputado Tião Medeiros, propondo a inclusão de artigo ao texto original, de forma a estender ao biometano, inclusive sua infraestrutura e instalações de produção, as subvenções econômicas e demais benefícios destinados pela proposição ao gás natural.

É o relatório.



II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 4.338, de 2023, de autoria do nobre Deputado Otto Alencar Filho, surge como proposta de suma importância para a soberania nacional no contexto da produção de alimentos. O projeto visa estabelecer o Programa Emergencial para Fabricação de Amônia e Ureia (Pefau), autorizando a concessão de subvenção econômica ao uso de gás natural, que é essencial na produção desses insumos agrícolas.

Tal iniciativa se coloca como uma resposta estratégica à crescente dependência brasileira de fontes externas de fertilizantes, um desafio evidenciado pelo fato de que, em 2021, 85% do consumo nacional de fertilizantes originou-se de importações, totalizando 39,2 milhões de toneladas.

A situação tornou-se tão crítica que o suprimento externo já atende 95,7% da demanda doméstica de fertilizantes nitrogenados, 72% de fosfatados e 96,4% de potássicos. Na posição de maior importador mundial de fertilizantes agrícolas, o país enfrenta vulnerabilidades frente a crises internacionais, como as recentes pandemia e conflitos geopolíticos, exacerbando a volatilidade dos preços e a insegurança do abastecimento.

A escalada dos preços dos fertilizantes nitrogenados, impulsionada pela redução da oferta em países produtores chave e pelas flutuações no mercado europeu de gás natural, evidencia a urgência de uma política que enderece não apenas a dependência externa, mas também a competitividade da produção nacional, atentando para a disparidade dos custos do gás natural em território brasileiro em relação ao mercado internacional.

Para fortalecer a capacidade produtiva interna de fertilizantes essenciais, como ureia e nitrato de amônio, e otimizar o uso de recursos naturais como o gás natural, o projeto apresenta-se como um vetor para maior estabilidade no fornecimento desses insumos críticos e para a elevação da competitividade do Brasil no setor agrícola global.



Diante do exposto, e após cuidadosa análise das proposições e debates gerados em torno do PL nº 4.338, de 2023, propomos um substitutivo que engloba e refina as sugestões apresentadas, aprimorando o texto e corrigindo equívocos. Nesse sentido, propomos a supressão do disposto no artigos 8º e 9º do projeto original, reconhecendo que as disposições relativas ao crédito rural não se aplicam aos objetivos do Pefau.

Além disso, o substitutivo incorpora a emenda proposta pelo Deputado Tião Medeiros, destacando o potencial do biogás como insumo sustentável e eficiente na produção de fertilizantes nitrogenados.

Assim, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei nº 4.338, de 2023, e da emenda nº 01, na forma do substitutivo que apresentamos, com vistas a promover a autossuficiência nacional na produção de fertilizantes nitrogenados, mitigar a vulnerabilidade às flutuações do mercado internacional e fortalecer a segurança alimentar e a competitividade do agronegócio brasileiro.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada CORONEL FERNANDA
Relatora



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.338, DE 2023

Institui o Programa Emergencial para Fabricação de Amônia e Ureia; autoriza a União a conceder subvenção econômica na comercialização de gás natural e biometano; altera a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Emergencial para Fabricação de Amônia e Ureia – Pefau, com a finalidade de viabilizar a fabricação dos fertilizantes amônia e ureia em território nacional.

§ 1º São objetivos do Pefau:

I – assegurar o fornecimento de gás natural e biometano para a fabricação de amônia e ureia;

II – reduzir os preços do gás natural e do biometano empregados na fabricação de amônia e ureia;

III – assegurar o abastecimento nacional de fertilizantes nitrogenados;

IV – incentivar a expansão da indústria nacional de fertilizantes nitrogenados; e

V – viabilizar a destinação estratégica da parcela do gás natural da União no regime de partilha.

§ 2º São beneficiários do Pefau os fabricantes de amônia e ureia destinadas a uso nas atividades agropecuárias.

§ 3º O Pefau terá vigência de 10 (dez) anos, a partir da entrada em vigor desta Lei.



Art. 2º A União fica autorizada a conceder subvenção econômica na comercialização de gás natural e biometano empregados na fabricação dos fertilizantes amônia e ureia, mediante prévia dotação orçamentária para este fim.

§ 1º A subvenção econômica de que trata o **caput** deste artigo ficará limitada a R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais) anuais, e equivalerá, em cada operação, no máximo, à diferença entre os preços contratados pelos beneficiários do Pefau junto aos fornecedores de gás natural ou biometano e o valor de referência de que trata o § 3º.

§ 2º O valor a ser contratado pelos beneficiários do Pefau não poderá exceder ao limite estabelecido em ato do órgão regulador do setor de gás natural.

§ 3º O valor de referência para comercialização de gás natural e biometano referido no § 1º será de US\$ 4,00 / MMBTU (quatro dólares por milhão de BTU).

§ 4º A periodicidade de apuração da subvenção econômica prevista neste artigo será anual.

§ 5º Caso o valor previsto no § 1º se esgote antes do final do período de apuração, o Poder Público não se obriga a oferecer subvenções a operações posteriores, estando estas condicionadas à disponibilidade de recursos do Pefau.

Art. 3º O regulamento estabelecerá as condições relativas à habilitação dos beneficiários, ao pagamento e ao controle do benefício, assim como as demais condições necessárias à concessão da subvenção de que trata o art. 2º.

Parágrafo único. Para o recebimento da subvenção econômica de que trata o art. 2º desta Lei, o beneficiário deverá comprovar que está habilitado para as atividades de importação, carregamento e comercialização de gás natural e biometano junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, bem como que o gás natural e biometano objeto da presente subvenção têm como destino a fabricação de fertilizantes amônia e ureia, para uso agrícola.



Art. 4º Fica autorizado o pagamento retroativo da subvenção econômica de que trata o art. 2º a partir da data de publicação desta Lei, na forma do regulamento.

Art. 5º A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), de que trata o art. 1º da Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, poderá comercializar o gás natural da União, nos termos previstos da alínea “a” do inciso II do art. 4º da Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, para viabilizar os objetivos do Pefau.

Parágrafo único. A comercialização prevista no **caput** se dará por meio de leilão entre os beneficiários do Pefau.

Art. 6º A Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A. Durante a vigência do Programa Emergencial para Fabricação de Amônia e Ureia – Pefau, previsto em lei específica, a PPSA deverá:

I - comercializar o gás natural da União, de que trata o inciso II do art. 4º desta Lei, que não tenha sido objeto de contratação prévia, com os beneficiários do Pefau, conforme disposto em lei específica; e

II – destinar ao Pefau as receitas dos novos contratos de comercialização de que trata a alínea “a” do inciso II do art. 4º desta Lei.” (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada CORONEL FERNANDA
Relatora

